



1º Simulado Especial

Polícia Penal Goiás

Pós-Edital

Simulado

1º Simulado Especial Polícia Penal de Goiás

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Polícia Penal de Goiás**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/kuTN2EWKyKdzFP6CA>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/7UFh>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrício Dutra*

Pádua era empregado em repartição dependente do ministério da guerra. Não ganhava muito, mas a mulher gastava pouco, e a vida era barata. Demais, a casa em que morava, assobradada como a nossa, posto que menor, era propriedade dele. Comprou-a com a sorte grande que lhe saiu num meio bilhete de loteria, dez contos de réis. A primeira ideia do Pádua, quando lhe saiu o prêmio, foi comprar um cavalo do Cabo, um adereço de brilhantes para a mulher, uma sepultura perpétua de família, mandar vir da Europa alguns pássaros, etc.; mas a mulher, esta D. Fortunata que ali está à porta dos fundos da casa, em pé, falando à filha, alta, forte, cheia, como a filha, a mesma cabeça, os mesmos olhos claros, a mulher é que lhe disse que o melhor era comprar a casa, e guardar o que sobrasse para acudir às moléstias grandes. Pádua hesitou muito; afinal, teve de ceder aos conselhos de minha mãe, a quem D. Fortunata pediu auxílio. Nem foi só nessa ocasião que minha mãe lhes valeu; um dia chegou a salvar a vida do Pádua. Escutai; a anedota é curta.

O administrador da repartição em que Pádua trabalhava teve de ir ao Norte, em comissão. Pádua, ou por ordem regulamentar, ou por especial designação, ficou substituindo o administrador com os respectivos honorários. Esta mudança de fortuna trouxe-lhe certa vertigem; era antes dos dez contos. Não se contentou de reformar a roupa e a copa, atirou-se às despesas supérfluas, deu joias à mulher, nos dias de festa matava um leitão, era visto em teatros, chegou aos sapatos de verniz. Viveu assim vinte e dois meses na suposição de uma eterna interinidade

01. Acerca das informações veiculadas no texto acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) Pádua era empregado em uma repartição dependente do ministério da guerra.
- b) A casa em que Pádua morava foi comprada com o prêmio de um bilhete de loteria.

c) Inicialmente, Pádua queria gastar o prêmio da loteria em um cavalo do Cabo, um adereço de brilhantes para a mulher, uma sepultura perpétua de família e alguns pássaros vindos da Europa.

d) Foi a esposa de Pádua, D. Fortunata, que o convenceu a comprar a casa e guardar o que sobrasse do prêmio para que ele realizasse seus sonhos materiais.

e) A mãe do narrador auxiliou D. Fortunata a convencer Pádua a comprar a casa e, em outra ocasião, chegou a salvar a vida de Pádua.

02. O texto narrativo pode ser dotado de um fato perturbador. Assinale a alternativa que apresenta esse ponto da estrutura narrativa.

- a) Pádua comprou um cavalo do Cabo e um adereço de brilhantes para a mulher com o prêmio da loteria.
- b) D. Fortunata insistiu que Pádua deveria gastar todo o prêmio em viagens e luxos.
- c) Pádua sempre foi prudente com suas finanças, mesmo após ganhar na loteria.
- d) A mãe do narrador nunca teve influência sobre as decisões de Pádua e D. Fortunata.
- e) Pádua convencido por D. Fortunata, com a ajuda da mãe, a comprar a casa e guardar o restante.

03. Assinale a opção que apresenta voz passiva:

- a) Pádua era empregado em repartição dependente do ministério da guerra.
- b) e a vida era barata.
- c) Fortunata que ali está à porta dos fundos da casa.
- d) nos dias de festa matava um leitão, era visto em teatros.
- e) Não se contentou de reformar a roupa e a copa.

04. Julgue as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. Não ganhava muito, mas a mulher gastava pouco, e a vida era barata. [Os termos destacados pertencem à classe dos advérbios.]
- II. Demais, a casa em que morava. [O termo destacado pode ser substituído por ‘onde’.]
- III. a casa em que morava, assobradada como a nossa, posto que menor, era propriedade dele. [A expressão ‘posto que’ apresenta valor de causa.]

Está(ão) correta(s):

- a) I e II
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Todas
- e) I e III

05. Pádua, um empregado do ministério da guerra, ganha na loteria e planeja gastar _____ dinheiro em luxos. _____, sua esposa D. Fortunata _____ a comprar uma casa e economizar o restante para emergências. Em um período anterior ao prêmio, Pádua, ao substituir o administrador da repartição, se deixa levar pela nova fortuna, gastando em excessos, mas retorna à prudência sob a influência de sua esposa.

- a) Todo o / No entanto / o convence
- b) Todo / Portanto / convence-o
- c) Todo o / Contudo / convence-lhe
- d) Todo o / Mas / o convence
- e) Todo / Não obstante / lhe convence.

06. Quanto ao emprego do acento de crase, assinale a alternativa incorreta:

- a) Ao ganhar na loteria, Pádua pensou em gastar o dinheiro à toa, mas foi convencido do contrário.
- b) D. Fortunata sugeriu que o melhor uso do prêmio seria comprar à casa dos sonhos e guardar o restante para emergências.

c) A mãe do narrador ajudou a convencer Pádua a tomar decisões mais prudentes em relação à premiação.

- d) Com a mudança de vida, Pádua foi visto muitas vezes indo às compras e gastando em luxos.
- e) Pádua decidiu comprar a casa graças à insistência da esposa.

07. Sobre o uso da vírgula assinale a alternativa correta:

- a) É essencial investir a longo prazo, pois isso, garante estabilidade financeira e segurança para o futuro.
- b) Devemos sempre estar atentos às oportunidades de economizar, evitando despesas desnecessárias e mantendo, um orçamento saudável.
- c) Planejar as despesas mensais, é crucial para evitar surpresas à última hora, permitindo uma melhor gestão dos recursos disponíveis.
- d) Evitar gastos supérfluos ajuda a manter o orçamento à risca, assegurando que o dinheiro seja utilizado de maneira consciente, e eficaz.
- e) É importante guardar uma parte dos ganhos à poupança para emergências, garantindo que haja fundos disponíveis, em situações inesperadas

08. Analise a função sintática dos termos da oração:

Esta mudança de fortuna / trouxe-lhe / certa vertigem

- a) Sujeito / Objeto direto / Objeto indireto
- b) Objeto direto / Objeto indireto / Predicativo do sujeito
- c) Sujeito / Objeto direto / Predicativo do sujeito
- d) Sujeito / Objeto indireto / Objeto direto
- e) Sujeito / Predicativo do sujeito / Objeto direto

09. a mulher é que lhe disse que o melhor era comprar a casa, e guardar o que sobrasse para acudir às moléstias grandes.

Sobre as orações destacadas, assinale a alternativa que apresenta a análise correta:

- a) A primeira é subordinada adjetiva restritiva; a segunda é subordinada substantiva objetiva direta.
- b) A primeira é subordinada substantiva subjetiva; a segunda é subordinada substantiva objetiva direta.
- c) A primeira é subordinada substantiva objetiva direta; a segunda é subordinada substantiva objetiva direta.
- d) A primeira é subordinada adjetiva restritiva; a segunda é coordenada sindética explicativa.
- e) A primeira é subordinada substantiva objetiva direta; a segunda é subordinada adjetiva restritiva.

10. No primeiro parágrafo, ocorre o verbo ‘hesitou’. Assinale a alternativa em que o termo apresentado pode ser inserido no lugar desse verbo, com manutenção do sentido.

- a) Concordou
- b) Avançou
- c) Acelerou
- d) Decidiu
- e) Titubeou

**REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA,
GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E
ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS**

Sérgio Henrique

11. A respeito da história política de Goiás, assinale a alternativa que analisa corretamente os fatos ocorridos durante o período do Império e da República no Estado.

- a) A queda de Getúlio Vargas, em 1945, representou o fim do projeto populista de modernização do Brasil; com isso, também em Goiás, a queda de Pedro Ludovico Teixeira encerrou esse período. A

retomada do poder pelas antigas oligarquias locais retomou os velhos projetos de desenvolvimento da agropecuária, agora renovados pelas ideias de modernização.

- b) Durante a República Velha (1889-1930), as práticas do controle das eleições por meio de fraudes, favores pessoais, violência física e vigilância sobre o voto, que era aberto, foi uma constante atividade dos políticos conservadores no poder, cuja oposição encontrava força entre os coronéis, grandes proprietários de terras que ostentavam o antigo título da Guarda Nacional e se cercavam de jagunços para proteger os respectivos domínios.
- c) A Revolução de 1930, liderada por Vargas, rompeu com o poder das oligarquias paulistas e mineiras que dominavam a política na República Velha. Nessa perspectiva renovadora, Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado interventor de Goiás com a incumbência de afastara as oligarquias locais do poder. O projeto modernizador dele culminou na mudança da capital e na implementação de um projeto de industrialização que resultou na formação de uma nova elite política e de uma forte classe trabalhadora em Goiás.
- d) Diante das incertezas políticas que culminaram no processo de independência do Brasil em 1822, a capitania de Goiás viveu uma tentativa de deposição do governo em 1821 e a sua efetiva derrubada em abril de 1822. Esse movimento concorreu com o movimento separatista do Norte (Tocantins), entre 1821 e 1823, cujo desfecho se concluiu com a política descentralizadora da Constituição de 1824 e a manutenção da unidade do território goiano.
- e) Durante a Ditadura Militar (1964-1985), o estado de Goiás teve governadores eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa e acompanhou o projeto nacional de realização de grandes obras (como o estádio Serra Dourada e o Autódromo Internacional), o que resultou em uma grande atração de trabalhadores da construção civil e concorreu para manter o estado afastado da crise econômica que incorreu em queda de salários.

12. O conceito de patrimônio cultural expressa a criatividade coletiva de um povo, presente no conhecimento, na arte, na religiosidade e em outros aspectos da vida, legados ao longo de gerações. A esse respeito, assinale a alternativa correta quanto a um dos aspectos do patrimônio histórico, cultural, turístico ou religioso de Goiás.

- a) Em dezembro de 2001, a Unesco concedeu à cidade de Goiás o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, reconhecendo que a respectiva memória, cultura e arquitetura constituem características únicas representativas do passado colonial, bem como são testemunha das experiências coletivas e individuais partilhadas por uma mesma cultura.
- b) Um folclore religioso, com uma clara influência portuguesa, é a congada, presente em diversas cidades de Goiás, como por exemplo, em Catalão. Por meio de danças e batuques, na congada, celebra-se a Paixão de Cristo e organiza-se uma hierarquia de participante em que se destacam o rei, a rainha, os generais, os capitães etc.
- c) A Festa de Trindade representa uma devoção religiosa que remonta ao período da construção de Goiânia. A novena que ali se realiza, e culmina no primeiro domingo de julho, nasceu da devoção cristã em torno de milagres atribuídos a uma imagem contida em uma antiga capela abandonada.
- d) Evocando os torneios medievais que encenaram batalhas entre cristãos e mouros, as cavalhadas são folguedos representados durante o período natalino, e uma das mais famosas é a da cidade de Pirenópolis. Ao final dessa representação, cristãos e mouros se unem, representando a tolerância entre as religiões.
- e) Muitos edifícios e monumentos públicos (22 ao todo), localizados no centro da cidade de Goiânia, e o núcleo pioneiro de Campinas formam o conjunto tombado pelo Iphan em 2003, caracterizado principalmente pelo estilo arquitetônico neoclássico, símbolo da renovação

moderna da cultura ocidental na primeira metade do século 20.

13. No domínio morfoclimático do cerrado, presente no estado de Goiás, encontram-se chapadões tropicais interiores com cerrados e florestas-galeria abrangendo grande parte da porção central do Brasil. Em relação ao cerrado, assinale a alternativa correta:

- a) Possui solos predominantemente ricos em calcário.
- b) Algumas espécies vegetais desse bioma distinguem-se pelo xeromorfismo.
- c) A mata de galeria desenvolve-se ao longo dos rios de médio e grande porte.
- d) Tem como característica marcante a existência de quatro estações bem definidas, com chuvas distribuídas ao longo dos meses do ano.
- e) No domínio do Cerrado, o clima predominante é o tropical árido.

14. Com uma população de quase 7 milhões de habitantes, o estado de Goiás é o mais populoso da região Centro-Oeste e, como princípio do seu povoamento, consta a chegada de bandeirantes e de migrantes que vieram de diversas partes da América Portuguesa. Alguns traços do povoamento inicial desse estado permaneceram e outros desenvolveram com o passar do tempo.

Considerando essas informações no que se refere ao processo de ocupação e desenvolvimento do território goiano, assinale a alternativa correta:

- a) Na primeira metade do século 18, a prospecção mineral que havia animado a ocupação das Minas Gerais e gerado conflitos entre paulistas e reinóis expandiu-se para o Centro-Oeste, promovendo a rápida expulsão de índios do território goiano, que foi ocupado pelo colonizador português.
- b) Juntamente com a economia mineradora, a pecuária, em escala menor, promoveu a ocupação do território goiano, seguindo os grandes rios e as proximidades das zonas de mineração. Enquanto no sudoeste goiano, a mineração e a pecuária desenvolveram-se a partir de Vila Boa de Goiás, no Norte, esse processo seguiu as proximidades das nascentes e do custo alto do rio Tocantins.
- c) Os caminhos que se desenvolveram no território goiano surgiram como percursos deixados pelas comunidades indígenas. Mais tarde, alargadas para o carro de boi, no século 19, e diversificadas com as ferrovias que surgiram ao sul, em princípios do século 20, a população goiana teve o crescimento incrementado pelas migrações dos estados vizinhos.
- d) A construção da nova capital, Goiânia, na década de 1930, representou uma nova perspectiva econômica e social para o estado de Goiás, contribuindo para o incremento das atividades agrícolas, comerciais e industriais, bem como avançado positivamente na integração de regiões distantes, no norte do estado.
- e) A construção de Goiânia trouxe uma nova dinâmica econômica e social para o estado de Goiás entre os anos de 1930 e 1950. Esse impulso foi

incrementado a partir dos anos de 1960, com a decisão dos governos estaduais quanto à abertura de novas estradas que ligavam ao norte e ao sul importantes rotas para o desenvolvimento da agropecuária, o que conduziu a economia goiana à autossuficiência.

15. A construção da Estrada de Ferro Goiás foi um marco importante para a economia goiana e responsável pelo incremento das relações comerciais com o sudeste brasileiro. Acerca da referida estrada de ferro e da modernização da economia goiana, assinale a alternativa correta.

- a) A ferrovia adentrou o território goiano efetivamente em 1911, proveniente do triângulo mineiro. A partir da respectiva construção, houve um impulso da agropecuária regional mediante o aumento das exportações, bem como o fortalecimento da economia urbana nas áreas de influência da ferrovia.
- b) A Estrada de Ferro Goiás representou uma das iniciativas pioneiras de investimento do capital produtivo local para construção de infraestrutura de transporte sem a participação do Estado.
- c) A região norte de Goiás foi a que mais se beneficiou com a construção da ferrovia, tendo em vista a possibilidade de escoamento da produção agropecuária inicialmente para o triângulo mineiro.
- d) Ligando os municípios de Uberlândia (MG) e Goiânia (GO), a estrada de Ferro Goiás alcançou uma extensão de 480 km, totalizando 30 estações.
- e) Inaugurada posteriormente à transferência da capital para Goiânia em 1937, a ferrovia significou um incentivo à industrialização da região integrada de Goiânia e Anápolis.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin***16.** Analise a tabela-verdade a seguir:

P	Q	$P \vee Q$
V	V	
F	V	
V	F	
F	F	

Assinale a alternativa que apresenta a sequência de valores V ou F, de cima para baixo, que completa corretamente a última coluna da tabela-verdade.

- a) V – F – V – F
- b) V – F – F – V
- c) V – V – F – V
- d) F – V – V – F
- e) F – F – V – F

17. Bruno é X. Se todo X é Y e todo Y é Z, então

- a) nenhum X é Z.
- b) algum Z é X.
- c) nenhum Z é X.
- d) todo Y é X.
- e) todo Z é Y.

18. Os termos da sequência a seguir foram obtidos considerando uma lei de formação.

(1, 2, 6, 7, 21, ...)

Segundo essa lei, o décimo primeiro termo dessa sequência é um número:

- a) menor que 100.
- b) compreendido entre 100 e 200.
- c) compreendido entre 200 e 400.
- d) compreendido entre 400 e 600.
- e) maior do que 600.

19. A quantidade de anagramas da palavra REBECA que começam com consoante é:

- a) 90
- b) 180
- c) 240
- d) 360
- e) 720

20. A tabela a seguir apresenta a cidade de origem dos inscritos no concurso da Polícia Penal do Estado de Goiás:

	Homens	Mulheres
Goiânia	9300	8600
Aparecida de Goiânia	4150	3000
Anápolis	3400	2300
Outros	2200	1100

Escolhida uma pessoa aleatoriamente, a probabilidade de ela ser de Aparecida de Goiânia, sabendo-se que ela é mulher, corresponde a:

- a) 1/3
- b) 1/4
- c) 1/5
- d) 2/5
- e) 2/7

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Tiago Zanolla*

21. De acordo com o Código de Ética e Disciplina dos Servidores Públicos Estaduais, além dos servidores públicos estaduais ocupantes de cargos, empregos e funções públicas, quem mais está sujeito às disposições do Código?

- a) Apenas os servidores de carreira da administração pública estadual.
- b) Apenas os estagiários que prestam serviços na administração pública estadual.
- c) Apenas os terceirizados e prestadores de serviços contratados pela administração pública estadual.
- d) Servidores que não sejam de carreira da administração pública estadual, estagiários, e terceirizados e prestadores de serviços.
- e) Apenas as autoridades elencadas no parágrafo único do artigo 3º.

22. De acordo com o Código de Ética do Estado de Goiás, quais são os cuidados e valores fundamentais que os servidores devem observar no processo de tomada de decisão?

- a) Consulta formal aos assessores mais próximos e predominância do interesse particular.
- b) Boa e regular utilização do recurso público, e promoção da confiança como fundamento das relações de trabalho.
- c) Avaliação de cada decisão e consulta informal aos órgãos de assessoramento.
- d) Consulta formal aos órgãos de assessoramento e predominância do interesse particular em relação ao interesse público.
- e) Avaliação de cada decisão e atendimento ao interesse particular nas situações concretas enfrentadas pela administração pública, sem considerar o interesse público.

23. De acordo com o Art. 7º do Código de Ética do Estado de Goiás, qual é a função da Câmara de Compliance do Conselho de Governo e dos Comitês Setoriais de Compliance Público na apuração de possíveis condutas de violação deste Código?

- a) A Câmara de Compliance tem competência exclusiva para apurar todas as condutas de violação do Código de Ética.
- b) Os Comitês Setoriais de Compliance Público têm competência exclusiva para apurar condutas de violação do Código de Ética envolvendo a Alta Administração.
- c) Caso não haja Comitê Setorial de Compliance Público instalado, a apuração poderá ser requisitada para a comissão de ética específica do respectivo órgão.
- d) A apuração de condutas de violação do Código de Ética é sempre feita pela Câmara de Compliance do Conselho de Governo, independentemente do envolvido.
- e) A Câmara de Compliance do Conselho de Governo não pode se valer dos Comitês Setoriais de Compliance Público para a apuração de condutas de violação do Código de Ética.

24. De acordo com o Art. 8º do Código de Ética do Estado de Goiás, como são classificados os processos decorrentes da violação do presente Código?

- a) Públicos, acessíveis a qualquer cidadão.
- b) Internos, apenas acessíveis aos servidores diretamente envolvidos.
- c) Sigilosos, acessíveis somente à Alta Administração.
- d) Reservados, com acesso restrito conforme a necessidade do processo.
- e) Confidenciais, acessíveis a todos os servidores do órgão.

25. De acordo com o Art. 9º do Código de Ética do Estado de Goiás, a quem deve ser comunicada a violação de conduta ética em cada um dos seguintes casos?

- a) Ao titular do órgão de lotação e de origem, quando se tratar de servidores públicos estaduais ocupantes de cargos, empregos e funções públicas.
- b) Ao órgão de origem ou de vinculação do agente público referido no inciso I do art. 3º deste Código, quando se tratar de estagiários.
- c) À Superintendência de Gestão Integrada, à Diretoria de Gestão Interna ou unidade equivalente, quando se tratar de servidores públicos estaduais ocupantes de cargos, empregos e funções públicas.
- d) Ao Governador, quando se tratar de terceirizados e prestadores de serviços.
- e) Ao Governador, quando se tratar de servidores públicos estaduais ocupantes de cargos, empregos e funções públicas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

26. O utilitário do Windows que pode ser acessado diretamente através do menu suspenso aberto ao clicar com o botão direito do mouse sobre o menu Iniciar e que pode ser usado para operações avançadas de armazenamento é o:

- a) Conexões de Rede.
- b) Power Shell.
- c) Gerenciador de Tarefas.
- d) Limpeza e Disco.
- e) Gerenciamento de Disco.

27. Um usuário do Sistema Operacional Linux usou o comando **grep**. Podemos então afirmar que ele desejava realizar que operação com esse comando:

- a) criar um novo diretório de trabalho
- b) trocar a senha do usuário atual
- c) imprimir o nome do diretório de trabalho atual.
- d) procura uma determinada palavra ou expressão no conteúdo de um arquivo.
- e) redirecionar a linha de comando para um diretório específico.

28. No Word, quando clicamos uma vez sobre uma determinada palavra, iremos:

- a) selecionar todo o parágrafo.
- b) selecionar a palavra.
- c) posicionar o cursor no local clicado.
- d) selecionar a linha.
- e) selecionar todo o texto.

29. Uma planilha no Excel tem os valores

	A	B
1	10	15
2	20	25
3	30	40
4		

Ao digitarmos na célula D4 a seguinte fórmula

=CONT.NUM(A1:B3)

O valor obtido será:

- a) 5
- b) 8
- c) 6
- d) 2
- e) 1

30. NÃO poderia ser considerada uma característica da implementação de uma nuvem:

- a) diminuição do custo com aquisição de licença de software
- b) independência de plataforma de hardware.
- c) independência de plataforma de software.
- d) facilidade de atualização de versão.
- e) obrigatoriedade do cliente de não poder fazer alterações em seus projetos após a contratação do serviço.

c) Em caso de desastre, poderá o indivíduo adentrar em domicílio particular, ainda que no período da noite.

d) O sigilo das comunicações telefônicas poderá ser quebrado, através de decisão judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

e) As reuniões em locais abertos ao público são permitidas, desde que pacificamente, sem armas, que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigida prévia anuência da autoridade competente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

31. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, a prevalência dos direitos humanos consiste em um:

- a) objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- b) direito fundamental.
- c) princípio das relações internacionais.
- d) fundamento da República Federativa do Brasil.
- e) garantia fundamental

32. A respeito da Constituição Federal e seus direitos e garantias fundamentais, assinale a opção INCORRETA.

- a) A escusa de consciência consiste em recusar-se, o indivíduo, a cumprir obrigação legal a todos imposta por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política.
- b) A liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação é garantida pela Constituição Federal, ato este que independe de censura ou licença.

33. Acerca dos direitos sociais, é correto afirmar que:

- a) o aposentado filiado tem direito a votar, mas não de ser votado nas organizações sindicais.
- b) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.
- c) Nas empresas de mais de cento e cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- d) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.
- e) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, exceto se suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

34. Acerca das disposições constitucionais sobre o Direito de Nacionalidade, julgue os itens a seguir:

- I - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- II - São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino e as armas, apenas.
- III - Aos portugueses com residência permanente no País há mais de 15 anos, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I
- b) II
- c) I e II
- d) III
- e) II e III

35. Assinale a opção correta em relação aos direitos políticos.

- a) Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 60 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- b) Para concorrer a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, Senador e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- c) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

e) O militar alistável é elegível, se contar menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

36. A respeito dos partidos políticos, assinale a alternativa correta:

- a) Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais, Senadores e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- b) Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 15% (quinze por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
- c) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público e adquirem personalidade jurídica com o registro, na forma da lei civil.
- d) O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 30% (trinta por cento), proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário.
- e) Ao eleito por partido que não tenha funcionamento parlamentar é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que tenha, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

37. A respeito do tema Segurança Pública, assinale o item incorreto:

- a) A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- b) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais;
- c) A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais;
- d) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares;
- e) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL*Ivo Martins*

38. No que concerne ao princípio da legalidade, assinale a alternativa incorreta.

- a) O princípio da legalidade também rege a medida de segurança, sob pena de comprometer, seriamente, direitos e garantias individuais constitucionalmente assegurados.
- b) Não há crime sem que, antes de sua prática, haja uma lei descrevendo-o como fato punível; de outro lado, a pena não pode ser aplicada sem lei anterior que a contenha; é lícita, pois, qualquer conduta que não se encontre definida em lei penal incriminadora.
- c) O princípio da legalidade fixa o conteúdo das normas incriminadoras, não permitindo que o ilícito penal seja estabelecido genericamente sem definição prévia da conduta punível e determinações da *sanctio juris* aplicável.
- d) Atualmente, o princípio da legalidade está previsto na Constituição Federal, de modo que somente a lei pode definir crimes e impor sanções penais, sendo vedado esse poder a outras fontes, como as medidas provisórias, ainda que beneficiem o agente.
- e) O princípio de reserva legal se estende igualmente às normas penais não incriminadoras, eis que se impõe ao Direito Penal apresentar-se como um subsistema jurídico adequado, lógico e coerente.

39. No que diz respeito à imputabilidade penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) A paixão e a emoção não excluem a imputabilidade penal.
- b) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d) A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não exclui a imputabilidade penal.
- e) Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

40. Nos termos da atual redação do artigo 107 do Código Penal, são causas extintivas da punibilidade, EXCETO:

- a) O casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
- b) A morte do agente.
- c) A anistia e a graça.
- d) O perdão judicial, nos casos em que a lei o admite.
- e) A prescrição e a decadência.

41. Beltrana, uma mulher com 23 anos de idade, que está namorando com Cicrano, rapaz com 25 anos de idade, há 5 anos, e desse relacionamento ficou grávida, e hoje conta com 2 (dois) meses de gestação e, por livre e espontânea vontade, resolve interromper a sua gravidez e provoca, por si só, e à revelia de Cicrano, o aborto. Nesses termos, conforme previsão no Código Penal Brasileiro, é certo afirmar que:

- a) o aborto provocado por Beltrana é um fato atípico.
- b) Beltrana, em razão do estado puerperal, deve responder pelo crime de infanticídio.
- c) Cicrano deverá responder pelo crime de abandono de incapaz.
- d) o aborto provocado por Beltrana é crime de mão própria.
- e) caso cicrano aderisse a ação de beltrana, provocando o aborto consentido, responderia como partícipe do art. 124 do CP.

42. No crime de Peculato culposo, a reparação do dano pelo agente:

- a) Exclui a ilicitude.
- b) Se posterior à sentença irrecorrível, reduz em dois terços a pena imposta.
- c) Se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.
- d) Se posterior à sentença irrecorrível, é causa atenuante de pena.
- e) Se precede à sentença irrecorrível, reduz na metade a pena imposta.

43. Configura crime previsto expressamente no Estatuto do Idoso:

- a) reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou resarcimento de dívida.
- b) privar o idoso de sua liberdade, procedendo à sua prisão sem estar em flagrante de crime ou

inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente

- c) deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de idoso, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da prisão
- d) promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de idoso para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro
- e) submeter idoso criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento

44. Em 11/02/2022, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADI's 4109/DF e ADI 3360/DF, estabeleceu os requisitos para a validade da decretação da prisão temporária, prevista na Lei 7.960/1989. Assim, é possível afirmar que a decretação desta modalidade de cárcere somente é cabível quando:

- I. for prescindível para as investigações do inquérito policial.
- II. houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado.
- III. for justificada em fatos novos ou contemporâneos.
- IV. for adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado.
- V. for suficiente a imposição de medidas cautelares diversas.

Estão corretas as afirmativas:

- a) II, III e IV apenas.
- b) I, II, III e IV apenas.
- c) I e V apenas.
- d) I, II, III e V apenas.
- e) I, II, III, IV e V.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

45. O direito administrativo é o conjunto de princípios e normas que rege a administração pública. As fontes representam as bases, as origens do direito administrativo. Nesse sentido, é fonte principal e primária do Direito Administrativo:

- a) os costumes.
- b) a jurisprudência.
- c) os princípios gerais do direito.
- d) a doutrina.
- e) a lei, em sentido amplo.

46. Com relação às entidades que compõem a Administração Direta e Indireta, assinale a afirmativa correta.

- a) as autarquias são criadas através da descentralização por colaboração, fenômeno através do qual recebem do ente instituidor tanto a titularidade quanto a execução do serviço a ser prestado.
- b) as autarquias são entidades da administração indireta dotadas de personalidade jurídica própria, de direito privado, adquirindo sua personalidade jurídica através da publicação da lei instituidora.
- c) para realização de atividades típicas da Administração Pública, o ente político pode criar uma autarquia, por meio de lei, com personalidade de direito público, que integrará a administração indireta e receberá a titularidade e a atribuição de executar o serviço público.
- d) as autarquias, por serem criadas por lei pelo ente político, ficam vinculadas às determinações do órgão criador, não possuindo personalidade jurídica própria e nem capacidade de autoadministração.
- e) a personalidade jurídica das autarquias, nos casos em que for criada para execução de atividade econômica em sentido estrito, será adquirida com o registro de seus atos constitutivos em cartório,

situação em que terá natureza jurídica de direito privado, excepcionalmente.

47. Assinale a afirmativa correta acerca dos poderes administrativos:

- a) o poder de polícia incide sobre aqueles que possuam vínculo específico com o Estado, tal qual ocorre com o poder disciplinar.
- b) a edição de atos normativos internos para ordenar a atuação dos subordinados é uma decorrência do poder hierárquico.
- c) a apuração das infrações funcionais internas dos servidores decorre de forma direta e imediata do poder hierárquico.
- d) o poder de polícia administrativa incide tanto sobre bens, direitos e atividades quanto a apuração de crimes ou contravenções penais.
- e) o poder de polícia autoriza a fiscalização das atividades privadas, sem, porém, impor medidas coercitivas sobre os particulares.

48. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) prevê três espécies de atos de improbidade: que importam enriquecimento ilícito; que causam prejuízo ao erário; e que atentam contra os princípios da Administração Pública. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresente um ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública:

- a) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- b) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha de condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
- c) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, acarretando perda patrimonial efetiva.
- d) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- e) usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores de entidades públicas.

49. Acerca dos prazos de restrição previstos na Lei de Acesso à Informação para cada tipo de informação classificada – ultrassecretas, secretas ou reservadas – assinale a opção correta:

- a) para as informações ultrassecretas, o prazo máximo de restrição será de 15 anos.
- b) para as informações secretas, o prazo máximo de restrição será de 5 anos.
- c) para informações reservadas, o prazo máximo de restrição será de 3 anos.
- d) para as informações pessoais, que independem de classificação de sigilo, o prazo máximo de restrição será de 100 anos.
- e) as informações pessoais devem ser classificadas como ultrassecretas e respeitar o prazo máximo de restrição de 25 anos.

50. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados é responsável, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, por

- a) zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.
- b) atuar como canal de comunicação entre os titulares de dados pessoais sensíveis.
- c) obter o consentimento do titular para transferência internacional de dados pessoais.
- d) realizar o tratamento de dados pessoais sensíveis em nome do controlador.
- e) tomar as decisões referentes a anonimização e tratamento dos dados pessoais.

51. Segundo as disposições constitucionais acerca dos agentes públicos e das regras para acesso aos cargos públicos, é correto afirmar que

- a) os servidores públicos civis não podem participar de associações sindicais.
- b) a greve dos servidores públicos é vedada pelo ordenamento, sendo ilegais as paralisações do serviço público.
- c) os cargos efetivos são preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- d) o concurso público pode ser de provas ou de títulos, com prazo de validade de dois anos, prorrogáveis.
- e) durante o prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem prioridade de convocação sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

- 52.** Acerca dos bens públicos, é correto afirmar que:
- a) os bens dominicais são afetados a uma função de utilidade pública.
 - b) os bens de uso especial são bens desafetados.
 - c) uma vez afetado a uma finalidade pública, o bem não poderá ser desafetado.
 - d) os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
 - e) um bem público afetado pode ser livremente alienado.

- 54.** A competência para a ação penal, segundo o Código de Processo Penal, caso

- a) não seja conhecido o lugar da infração, será estabelecida pela prevenção.
- b) seja hipótese de ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- c) seja um crime tentado, será fixada no lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
- d) seja praticado estelionato mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, será definida pelo local do domicílio da vítima, e, em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- e) o réu tenha mais de uma residência, será estabelecida por meio do último ato de execução.

- 55.** De acordo com os temas prisão e liberdade, é correto afirmar:

- a) o inquérito policial é regido, prioritariamente, como procedimento oral, haja vista que as oitivas realizadas durante sua condução não precisam ser necessariamente reduzidas a termo.
 - b) o inquérito policial é procedimento indispensável à apuração da materialidade do fato e dos indícios de autoria.
 - c) o inquérito policial, mesmo em tempos atuais, é considerado como procedimento inquisitivo, sem observância do contraditório pleno durante sua condução.
 - d) o inquérito policial caracteriza-se como um processo judicial público.
 - e) o inquérito policial caracteriza-se como um processo judicial sigiloso.
- 54.** A competência para a ação penal, segundo o Código de Processo Penal, caso
- a) não seja conhecido o lugar da infração, será estabelecida pela prevenção.
 - b) seja hipótese de ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
 - c) seja um crime tentado, será fixada no lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
 - d) seja praticado estelionato mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, será definida pelo local do domicílio da vítima, e, em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção.
 - e) o réu tenha mais de uma residência, será estabelecida por meio do último ato de execução.
- 55.** De acordo com os temas prisão e liberdade, é correto afirmar:
- a) Sendo praticada uma contravenção penal, no âmbito de violência doméstica, é motivo idôneo para justificar a prisão preventiva do réu.
 - b) É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato.
 - c) O juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar a uma pessoa que tenha setenta e oito anos de idade condenada pela prática do crime de estelionato.
 - d) é cabível a substituição da prisão preventiva pela domiciliar a um homem que, condenado pelo crime de corrupção passiva, seja o único responsável pelos cuidados do seu filho de 13 anos de idade.
 - e) Segundo entendimento sumulado do STF, o uso de algemas ensejará responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade que o determinar, ainda que seja justificado.

56. Em relação à competência no direito processual penal, é correto afirmar que:

- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
- b) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.
- c) Haverá unidade de processo e julgamento quando houver conexão entre crimes de competência da jurisdição comum e da Justiça militar;
- d) Sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu
- e) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o seu foro de domicílio ou de residência, apenas quando conhecido o lugar da infração.

57. A respeito do tema questões e processos incidentes, assinale a alternativa correta.

- a) Se a decisão sobre a existência da infração depender da solução de controvérsia, que o juiz reputa séria e fundada, sobre o estado civil das pessoas, o curso da ação penal poderá ser suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença passada em julgado, devendo o juiz proferir decisão fundamentada sobre a suspensão.
- b) Se o reconhecimento da existência da infração penal depender de decisão sobre questão que não seja sobre o estado civil das pessoas, caso o juiz denegue a suspensão do processo, não caberá recurso.
- c) Em se tratando de questão prejudicial homogênea, o juiz não pode decretar a suspensão de ofício.
- d) A arguição de exceção de incompetência precederá qualquer outra, segundo expressa previsão legal.
- e) Em caso de arguição de suspeição contra o juiz, esta não poderá ser liminarmente rejeitada.

58. No que se refere à ação penal, marque a alternativa correta:

- a) Quando não houver justa causa para a ação penal, o Ministério Público poderá desistir da ação penal.
- b) Não são admitidas no ordenamento jurídico brasileiro ações penais de iniciativa privada em crimes de ação penal pública.
- c) A depender do caso concreto, a ação penal pública dependerá de requisição prévia do Ministro da Justiça ou de representação do ofendido, ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- d) Nos crimes de ação penal privada, o ofendido poderá escolher por exercer o direito de queixa contra alguns dos autores já conhecidos do crime.
- e) Haverá a decadência da ação penal pública condicionada à representação, se o direito de representar não for exercido no prazo de seis meses, a contar da data da infração penal.

59. No que se refere às provas no processo penal assinale a alternativa correta.

- a) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- b) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
- c) A falta de exame complementar não poderá ser surpreendida pela prova testemunhal.
- d) O juiz fica adstrito ao laudo pericial, não podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo.
- e) O juiz formará sua convicção pela apreciação vinculada da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, salvo as provas cautelares, repetíveis e antecipadas.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE*Antônio Pequeno*

60. Considerando o disposto na Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, conhecida como Lei de Drogas, assinale a alternativa incorreta.

- a) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido a prisão em flagrante
- b) Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas
- c) O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto
- d) A apreensão de veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte e dos maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza utilizados para a prática, habitual ou não, dos crimes definidos nesta Lei será imediatamente comunicada pela autoridade de polícia judiciária responsável pela investigação ao juízo competente
- e) O juiz determinará a liberação total ou parcial dos bens, direitos e objeto de medidas assecuratórias quando comprovada a licitude de sua origem, mantendo-se a constrição dos bens, direitos e valores necessários e suficientes à reparação dos danos e ao pagamento de prestações pecuniárias, multas e custas decorrentes da infração penal

61. Aquele que possuir, detiver, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, incorrerá nas mesmas penas do delito de:

- a) Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

- b) Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito

- c) Comércio ilegal de arma de fogo

- d) Posse irregular de arma de fogo de uso permitido

- e) Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido

62. Segundo a Lei nº 8.072/1990, com suas alterações, é considerado hediondo o seguinte crime, consumado ou tentado:

- a) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual
- b) roubo qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum
- c) extorsão mediante sequestro somente na forma qualificada
- d) roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (art. 157, § 2º, inciso V, do Código Penal)
- e) Furto qualificado pelo rompimento ou destruição de obstáculo.

63. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa correta.

- a) A inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 8 (oito) anos, é um efeito automático da condenação
- b) No caso de condenação em crime de abuso de autoridade haverá automaticamente a perda do cargo, do mandato ou da função pública
- c) As penas restritivas de direitos devem ser aplicadas cumulativamente
- d) Os crimes previstos na Lei nº 13.869/2019 são de ação penal pública incondicionada
- e) A ação privada subsidiária será exercida no prazo de 12 meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

64. De acordo com a Lei nº 9.455/1997 (e suas alterações), que define os crimes de tortura, assinale a alternativa incorreta.

- a) Constitui crime de tortura constranger alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa
- b) Na mesma pena do delito de tortura incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.
- c) Se o crime de tortura for perpetrado por agente público, a pena será aumentada na metade
- d) A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada
- e) Constitui crime de tortura constranger alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

65. Lei as alternativas a seguir e assinale a que está em conformidade com a Lei 7.716/89, que trata dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

- a) Não constitui um ilícito criminal tipificado na Lei 7.716/89 negar ou obstar emprego em empresa privada, mas apenas uma infração administrativa
- b) Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências
- c) Serão punidos, na forma desta Lei, apenas os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião
- d) Não constitui infração penal de preconceito as condutas de fabricar, comercializar, distribuir ou

veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo, pois estão abrangidos pelo direito de manifestação previstos na Constituição Federal do Brasil.

- e) A injúria racial é um crime previsto no Código Penal.

66. A Lei de nº 11.340/2006 e também conhecida como Lei Maria da Penha busca coibir ou prevenir a violência doméstica e familiar cometida contra a mulher. Nesse sentido, a lei define no artigo 7º. As formas de violência existentes e que afetam mulheres. Isso posto, assinale a alternativa correta.

- a) A violência física faz acepção a qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar as ações da mulher
- b) A violência física é entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal da mulher
- c) A violência patrimonial corresponde a qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria da mulher
- d) A violência moral é aquela em que há retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos da mulher
- e) A violência moral é aquela que constrange a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.

67. A Lei nº 12.850/2013, é a que trata da Organização Crimiosa, e traz o regramento para a celebração do termo de colaboração premiada. Diante do exposto, assinale a alternativa que não está de acordo com esta Lei.

- a) São anuláveis as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória
- b) O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos
- c) A proposta de colaboração premiada deve estar instruída com procuração do interessado com poderes específicos para iniciar o procedimento de colaboração e suas tratativas, ou firmada pessoalmente pela parte que pretende a colaboração e seu advogado ou defensor público
- d) O registro das tratativas e dos atos de colaboração deverá ser feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia, digital ou técnica similar, inclusive audiovisual, destinados a obter maior fidelidade das informações, garantindo-se a disponibilização de cópia do material ao colaborador
- e) Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

68. A Declaração de Pequim adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres busca promover os objetivos da igualdade, desenvolvimento e paz para todas as mulheres, em todos os lugares do mundo, no interesse de toda a humanidade. Dessa forma, assinale a alternativa

que contém ação que os governos participantes da Conferência estão determinados a realizar:

- a) Prevenir e eliminar a maioria das formas de violência contra mulheres e meninas.
- b) Assegurar a igualdade de acesso e a igualdade de tratamento de mulheres e homens na educação e saúde e promover a saúde sexual e reprodutiva das mulheres e sua educação.
- c) Encorajar os homens a participar parcialmente de todas as ações orientadas à busca da igualdade.
- d) Promover e proteger determinados direitos humanos das mulheres e das meninas.
- e) Garantir o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais às mulheres e meninas e adotar medidas refutáveis contra a violação destes direitos e liberdades.

69. As “Regras de Mandela” dispõem sobre “Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos”. Assinale a alternativa correta sobre tal direcionamento.

- a) Todo preso pode ter acesso a água potável sempre que necessitar.
- b) Todo preso deve ser empregado, a serviço da unidade prisional, em cumprimento a qualquer medida disciplinar.
- c) Os presos podem ser alocados em unidades prisionais próximas às suas casas ou ao local de sua reabilitação, a depender do seu comportamento.
- d) O transporte de presos deve ter as despesas pagas pela administração e ser feito em condições específicas para cada caso.
- e) Os agentes prisionais devem receber treinamento físico para capacitá-los a controlar presos agressivos.

70. As Regras de Mandela buscam, com base no consenso geral do pensamento contemporâneo e nos elementos essenciais dos mais adequados sistemas de hoje, estabelecer os bons princípios e práticas no tratamento de presos e na gestão prisional. Sobre tais regras, analise os itens a seguir:

- I. Se a unidade prisional contiver um número suficiente de presos de uma mesma religião, deve ser indicado ou aprovado um representante qualificado daquela religião.
- II. Um representante qualificado indicado ou aprovado deve ter permissão para realizar celebrações regulares e fazer visitas pastorais privadas a presos de sua religião em horário apropriado.
- III. O direito de entrar em contato com um representante qualificado de sua religião nunca deve ser negado a qualquer preso. Por outro lado, se um preso se opuser à visita de qualquer representante religioso, sua decisão deve ser plenamente respeitada

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas II e III
- e) I, II e III.

71. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- a) Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro e fora das fronteiras de cada Estado.
- b) Ninguém será arbitrariamente preso ou exilado, podendo ser detido por questões de segurança.
- c) Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei.
- d) Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível nos casos determinados pela lei.
- e) Ninguém, em nenhum caso, poderá ser privado de sua propriedade.

72. O Pacto de São José da Costa Rica, formalmente conhecido como Convenção Americana sobre Direitos Humanos, inclui diversos mecanismos e normas para a proteção dos direitos humanos. Sobre a CADH é correto afirmar que:

- a) Os menores de 18 anos não podem ser processados.
- b) São proibidas as penas privativas de liberdade acompanhadas de trabalhos forçados, ainda que esses não afetem a dignidade nem a capacidade física e intelectual do recluso.
- c) não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
- d) Toda pessoa detida ou retida deve ser informada das razões da sua detenção e notificada, quando possível, da acusação ou acusações formuladas contra ela.
- e) Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, mesmo que esteja previsto nas constituições políticas dos Estados-Partes ou nas leis que elas promulgam.

73. Sobre o Direito à Vida, assinale a alternativa INCORRETA à luz do Pacto São José da Costa Rica.

- a) Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
- b) Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada por delitos políticos, nem por delitos comuns conexos com delitos políticos.
- c) Toda pessoa condenada à morte tem direito a solicitar anistia, indulto ou comutação da pena, os quais podem ser concedidos em todos os casos.
- d) É possível executar a pena de morte enquanto o pedido de anistia estiver pendente de decisão ante a autoridade competente.
- e) Não se deve impor a pena de morte a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de dezoito anos, ou maior de setenta, nem aplicá-la a mulher em estado de gravidez.

74. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento histórico que estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. A partir do que afirma a DUDH,

- a) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos reconhecidos pela constituição ou pela lei.
- b) Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos na Declaração, sem distinção de qualquer, exceto de nacionalidade e idioma.
- c) Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- d) Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob as formas previstas pela lei, são proibidos.
- e) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, exceto aqueles que por ventura vierem a sofrer a pena de morte.

75. De acordo com os principais marcos históricos na afirmação dos Direitos Humanos, assinale aquele que é reconhecido como principal instrumento da nova fase de internacionalização de tais direitos.

- a) A Revolução Francesa de 1789
- b) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948
- c) A Magna Carta de 1215
- d) A Convenção de Genebra de 1864
- e) A Conferência de Bandung de 1955

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Antônio Pequeno

76. Considerando as disposições da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), assinale a alternativa correta.

- a) Ao condenado e ao internado não serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei
- b) Esta Lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária
- c) Os condenados não serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal
- d) A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo juiz de direito da Vara das Execuções Criminais, e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade
- e) O preso não poderá ser submetido ao exame de identificação de perfil genético em hipótese alguma.

77. Com base na Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) e suas alterações, analise as alternativas a seguir e aponte qual representa uma falta grave do condenado à pena privativa de liberdade.

- a) Tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo
- b) Deixar de comunicar ao diretor do estabelecimento a existência de movimento de subversão à ordem ou à disciplina
- c) Possuir instrumento incapaz de ofender a integridade física de outrem
- d) Praticar fato previsto como crime culposo
- e) simular doença para não trabalhar.

78. De acordo com a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) e suas alterações, assinale a alternativa que não constituem deveres do condenado.

- a) Indenização à vítima ou aos seus sucessores
- b) Submissão à sanção disciplinar imposta
- c) Urbanidade e respeito no trato com os demais condenados
- d) Sempre indenizar o Estado pelas despesas havidas com a sua manutenção
- e) Obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se

79. O TÍTULO IV, da Lei de Execução Penal trata “Dos Estabelecimentos Penais”. É correto afirmar que:

- a) os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório apenas
- b) o preso provisório não ficará separado do condenado por sentença transitada em julgado
- c) a Casa do Albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana.

d) a penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado e semiaberto

e) A Colônia Agrícola, Industrial ou Similar destina-se ao cumprimento da pena em regime fechado.

80. De acordo com a lei Nº 12.786, de 26 de dezembro de 1995, que enumera e conceitua as faltas disciplinares no Sistema Penitenciário Estadual, marque a alternativa que não traga a falta leve:

- a) descumprir os horários do estabelecimento.
- b) transitar por locais a que não tenha livre acesso.
- c) entregar objetos a quem se encontre em regime de isolamento celular, sem autorização, se o fato não configurar falta de outra natureza.
- d) manejar equipamento de trabalho sem autorização ou sem conhecimento do encarregado.
- e) praticar fato previsto como crime culposo ou contravenção penal.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>